

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Correio Braziliense

Class.: 861

Data: 22.07.84

Pg.: \_\_\_\_\_

4468 **Maluf, direto aos 'índios'**

LEONARDO MOTA NETO  
Da Editoria de Política

A hipótese de poder do deputado Paulo Maluf passa pela substituição da "política de governadores", iniciada pelo presidente Getúlio Vargas para criar representantes de cúpula para abafar o vozerio das bases, que incomodava o Palácio do Catete. Maluf, agora, abandona os "caciques", e atrai os "índios" para seu lado, eles que estavam desde a redemocratização assistindo à substituição de elites no poder central, sem participar do projeto sedutor de fazer um presidente da República.

Dentro dessa engrenagem de Maluf, se ele chegar ao governo federal vai ser comum, no Palácio do Planalto, a repetição dessa cena: um deputado estadual, ligado às bases, e sem nenhum contato com os "caciques" da cúpula da política regional — os governadores —, telefonará direto para o gabinete presidencial. A voz que o atenderá não será a de um ajudante-de-ordens enfadado ou de um subchefe do Gabinete Civil, mas do próprio presidente da República.

Se o próprio deputado estadual — reciocinando ainda em termos de Paulo Maluf — for ao Palácio, as portas ser-lhe-ão imediatamente abertas. "Não só as portas estarão abertas, mas as janelas escancaradas", costuma dizer o candidato, fazendo essa blague:

— No Palácio ou na minha residência oficial, o problema de receber os deputados não será meu, mas de minha cozinheira. Se eu tiver 10 convidados para almoçar ou jantar, e chegarem 30 deputados estaduais, ela é que vai ter que providenciar comida, e não eu, porque todos sentarão à minha mesa, como hoje.

A MUDANÇA

A "política de governadores" tenta agora ser repetida por articuladores do Palácio do Planalto, como última tentativa de enquadramento da candidatura Paulo Maluf. A provável audiência do presidente Figueiredo com o grupo de governadores do PDS, montada para a próxima terça-feira, corre o risco, porém, de se esvaízar, não só pela não confirmação de que muitos estarão ausentes mas pela improbidade política dessa mobilização de "caciques".

De fato, os governadores do PDS, e mesmo os do PMDB e o do PDT, assistem, perplexos, à redução de sua influência junto às bases políticas estaduais, por um fenômeno típico da transferência de poder, que passa a sofrer novamente a influência do político profissional que há anos vem enfrentando eleições para as Assembleias Legislativas, Câmara dos Deputados e Senado Federal. Foram eles a base da eleição do governador, e serão eles a base da eleição do próximo presidente da República, no Colégio Eleitoral.

Mesmo os governadores da última safra de 82, de eleições diretas, não granjearam a formação de frentes absolutas de domínio sobre as bases. Em Pernambuco, o senador Marco Maciel controla até hoje o partido embora tenha sido perseguido pelo atual governador Roberto Magalhães com a demissão de secretários egressos do governo "macielista". O senador é um dos exemplos de políticos profissionais que cultivam as bases, praticamente tendo feito seu governo a bordo de um ônibus percorrendo o interior, enquanto seu sucessor se entrega a uma articulação nacional confirmando seu engajamento à elite dos "caciques".

Esses governadores, mesmo

eleitos pelo voto direto, esbarram em várias dificuldades para se legitimarem como chefes políticos. Em Santa Catarina, o governador Esperidião Amin tem sua situação na Assembleia Legislativa sob risco constante de derrota das mensagens do Executivo, pois não conseguiu transpor a organização política das bases, para implantar sua própria liderança. No Ceará, o jovem governador Gonzaga Motta tenta um lugar ao sol, embora destacado em pesquisas de opinião pública, como líder de futuro, mas não chega a furar a barreira dos próceres que dominam a política tradicional do Estado.

Para obter recursos federais necessários à consolidação de suas imagens como instrumentadores da renovação de métodos administrativos e políticos, os governadores da geração direta precisam de intensivo apoio de Brasília, principalmente da Seplan. Mas, paradoxalmente, eles se colocam no mais das vezes contra o Governo federal e suas diretrizes institucionais, o que os leva a entrar para a "geladeira" do ministro Delfim Netto. Os casos dos governadores Amin, Motta e do gaúcho Jair Soares são típicos.

A mudança desses conceitos — a força arrogante dos "caciques" contra a indulgente ousadia dos "índios" que sempre ganharam as eleições para o governo, mas nunca participaram da festa — começou a ser sentida quando, em 77, um político paulista começou a se enfrontar no interior do Estado para pedir votos à convenção da antiga Arena. Os seus adversários na luta pelo governo preferiam, como hoje preferem os "caciques", disputar espaços nos jornais, equivocando-se de metodologia para vencer uma convenção. O político era o sr. Paulo Maluf, que chegava a cada município e pedia uma reunião com o delegado municipal da ex-Arena, o qual geralmente se fazia acompanhar de mais dois ou três próceres encantados com a novidade, e então lhes fazia uma preleção e lhes pedia o voto.

Esse o "método Maluf", que tanto vem sendo criticado por seus adversários, já que está sendo aplicado a nível de País, nos últimos seis anos. O candidato terminou por constituir uma base de rejeitados nas decisões de cúpula, e que somente obtinham favores dos governos federais e estaduais através de intermediários diligentes, os "caciques". No caso do Governo federal, eram os governadores, que hoje são os que mais sofrem com a mudança de expectativa de poder, com "índios" passando a ter priorida-

MARCUS OTTONI



Maluf: contra o caciquismo

de na campanha de presidente da República.

OS "VICE-REIS"

Os governadores do PDS, sufocados pela escassez de recursos para corresponderem ao seu eleitorado, passaram a transferir ao ministro do Interior, Mário Andreazza, suas esperanças de recebimento de verbas federais. Mas o Ministro, aberto aos pleitos dos "caciques" como estratégia de fortalecimento de sua candidatura presidencial, não podia atender a todos, e também passava a ser por sua vez triado pelo ministro Delfim Netto na liberação de recursos. Vários dos convênios assinados pelo Ministro do Interior com governadores do PDS, de janeiro a julho deste ano, não foram ratificados pela Seplan.

Os intermediários adequados para os governadores não seriam os políticos, que terão o poder de escolher o futuro presidente da República? Essa é uma indagação ante a qual sofrem não somente os governadores mas os "vice-reis" da política regional, os que têm o poder de mando político na mão, e que registram dois tipos de reação ante a mudança dos métodos de se fazer política no País: ou aderem à nova onda, pulando de fora do "curral dos caciques", ou ficam onde estão e sofrem as consequências.

No Ceará, "vice-rei" da política estadual é o senador Virgílio Távora. Logo que percebeu que a "debandada dos índios" se fazia em direção ao deputado Paulo Maluf, não pensou duas vezes. O governador Gonzaga Motta ficou mas suas convicções, como vice hipotético do vice-presidente Aureliano Chaves, mas esse não saiu candidato.

No Maranhão, o "vice-rei" é o senador José Sarney que produz um exemplo diverso do de Távora: simplesmente passou-se à Frente Liberal, deixando de seguir a tendência de seus "índios". Quando voltou ao Estado após seu período de da cúpula nacional do PDS, Sarney constatou o estrago que lhe fizera o esquete "malufista". Sem querer aderir, pois o candidato já tinha escolhido o deputado Flávio Marçílio para seu companheiro de chapa, Sarney demitiu-se do comando do PDS a fim de se aninhar junto a seus companheiros liberais e ex-udenistas.

Na Bahia, o ex-governador Antônio Carlos Magalhães, um "vice-rei" na expressão estrita do termo, viu corroer à sua volta seu antigo prestígio imperial, a partir do êxodo de "índios" baianos do PDS, como o deputado Prisco Vianna, por ele interminavelmente massacrado. Hoje persistem muitas dúvidas se Antônio Carlos conseguirá chegar à convenção com metade dos votos do maior colégio estadual do PDS, tal a erosão do "caciquismo" na Bahia, identificada nas dissidências de importantes líderes estaduais como os senadores Jutahy Magalhães, Luiz Vianna Filho e Lomanto Júnior.

Em Santa Catarina, o "vice-rei" e continuador da oligarquia Konder-Bornhausen é o senador Jorge Bornhausen. Como um dos líderes da Frente Liberal para a qual pulou num gesto de cacique autonomista, conseguiu visitar outro dia seu Estado e constatar que somente havia para os liberais o seu voto e mais um outro. Os "índios catarinenses", fora do domínio da oligarquia, também se divertem na taba.

Em Minas, o vice-presidente Aureliano Chaves, é o "vice-rei" autêntico do governo, ou era. Mas em Minas há também o deputado

SALOMON CYTRYNAWIG



Juruna: perspicácia política Magalhães Pinto querendo a coroa. O resultado foi que a "udenização" da campanha do vice-Presidente cresceu tanto que ele se esqueceu, com sua pregação de "cacique nacional" — desejando o consenso, a desistência dos atuais candidatos à Presidência, o quinto nome, etc —, que as bases de Minas puderam ser tranquilamente trabalhadas por um candidato que não jogava para a tribuna de honra, mas para a geral. Cada vez o sr. Aureliano Chaves fala em Minas contra o governo federal, isso significa mais solidariedade a Paulo Maluf, que, na sabedoria atávica dos próceres governistas mineiros, é visto como o mais forte na disputa presidencial. E político mineiro detesta apostar em perdedores.

Em Pernambuco, o "vice-rei", do PDS é o senador Marco Maciel, que mais se aproximou do exemplo do senador Virgílio Távora, reconhecendo o poder de fogo dos índios", com os quais lida bem. Mas o jovem Senador, de futuro político garantido, quis saudar uma vez mais a platéia de caciques, integrando a Frente Liberal. Maciel, contudo, é o único dos liberais a não poder temer embaraços em sua carreira, embora tenha perdido o "timing" para chegar à convenção como candidato e lançar pontes para a próxima sucessão.

Há outros "vice-reis" de menor estatura, como o ex-governador Ney Braga, no Paraná, e o jovem Moreira Franco, no Rio de Janeiro. Mas eles não contam ainda entre os verdadeiros "caciques", pois perderam as últimas eleições: e "índio" — como mineiro — detesta deixar o curso de vencedor. Braga e Moreira precisam enfrentar nova eleição, e ganhar, para voltar à galeria.

VOTO IGUAL

Finalmente, a "rebelião dos índios" conta com um poderoso aliado na legislação que formalizou o Colégio Eleitoral: cada voto a ser depositado nas urnas secretas da convenção nacional é anunciado no Colégio é unitário e igual. Cada "cacique" vota igual ao "índio", pois o voto é de peso e valor idênticos. Essa igualação acaba com a festa da cúpula? Há alguém que aposta firmemente nessa nova expectativa de poder recriada para as bases e para os "índios" sofridos da política brasileira, e que desde Vargas assiste à formação de frentes de governadores: é o filho de Dona Maria.

Aliás, o único deputado-índio do Brasil, Mário Juruna, sabe disso: já escolheu Maluf como seu candidato, levado pelo deputado Flávio Marçílio, a quem condecorou com um cocar de sua tribo.